CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

GABINETE DO(A) VEREADOR(A) Thais Ferreira

REQUERIMENTO

EMENTA:
REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA E AO RACISMO NO AMBIENTE OBSTÉTRICO.

Autor(es): VEREADOR(A) Thais Ferreira
VEREADOR(A) Rosa Fernandes

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a constituição de Comissão Especial, composta por três membros, com prazo de funcionamento até o término desta Sessão Legislativa, com a finalidade de promover estudos, encontros, debates, seminários, audiências, diligências e quaisquer meios necessários para analisar as violações de direitos de pessoas gestantes, parturientes e puérperas no ambiente obstétrico, bem como fomentar ações e propor políticas públicas com o objetivo de prevenir, denunciar, combater e superar a Violência e o Racismo no ambiente obstétrico para a população da cidade do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 27 de fevereiro de 2025.

Vereador(a) **Thais Ferreira**

JUSTIFICATIVA

Apesar das políticas públicas voltadas para a atenção humanizada durante os ciclos de gestação, parto, nascimento e amamentação, infelizmente esses processos continuam cercados de violações de direitos.

É chamada de Violência Obstétrica, a violência institucional cometida contra as mulheres e pessoas gestantes, parturientes e puérperas e suas famílias, durante o atendimento ao pré-natal, parto ou abortamento, nos ambientes de cuidado e atenção obstétricos e instituições de saúde. Essas violações são entendidas como violência de gênero.

O Racismo Obstétrico se caracteriza por opressões, discriminações ou violações de direitos contra pessoas negras e indígenas, que estão vivendo o ciclo gravídico-puerperal ou suas famílias, durante a assistência obstétrica ou no ambiente da atenção obstétrica. Sendo assim, o racismo obstétrico está localizado na intersecção entre a violência obstétrica e o racismo institucional e estrutural.

Assinado digitalmente por Thais Ferreira.
Código de validação: f8c0df87-e900-433d-b38b-8610b307023a
A autenticidade deste documento poderá ser confirmada no site: valida.camara.rj.gov.br/sal

Segundo o estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizado pela Fundação Perseu Abramo em 2010, 1 em cada 4 mulheres sofreu Violência Obstétrica no Brasil. De acordo com o artigo “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”, de 2017, que utilizou dados da pesquisa “Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento”, as disparidades raciais conferem um pior atendimento à gestação e ao parto para mulheres pretas e pardas, como por exemplo um pré-natal inadequado e ausência de acompanhante. Desta forma, é inegável que são necessários ainda mais estudos, encontros, debates, seminários, audiências, diligências e outros meios para analisar as violações de direitos de mulheres e pessoas gestantes, parturientes e puérperas no ambiente obstétrico, na cidade do Rio de Janeiro.

Dados recentes do último boletim epidemiológico municipal, publicado no ano passado, e do relatório de saúde integral da população negra também revelam que mulheres negras continuam a morrer por causas evitáveis durante a atenção pré-natal, parto e pós-parto no Rio de Janeiro. As disparidades raciais na mortalidade materna são alarmantes, demonstrando que o racismo institucional e estrutural permeia os serviços de saúde, resultando em um atendimento inadequado e negligente para mulheres negras. Além disso, os dados preliminares da segunda edição do inquérito nacional sobre parto e nascimento, Nascer no Brasil II, reforçam a persistência das desigualdades raciais na assistência obstétrica, evidenciando a necessidade de ações urgentes.

Em 2023, pela primeira vez, sendo reinstalada no ano passado, 2024, nesta Casa Legislativa a Comissão Especial de Combate à Violência e ao Racismo no Ambiente Obstétrico, que desempenhou um papel fundamental em suscitar o debate sobre as violações de direitos na assistência ao parto e nascimento no município do Rio de Janeiro, em especial as de cunho racista. A comissão se mostrou uma importante aliada na luta contra o racismo obstétrico. Diante dessa compreensão e considerando a importância do tema, a continuidade desta Comissão Especial para o ano de 2025 torna-se fundamental. A necessidade de aprofundar as discussões, implementar ações efetivas e promover mudanças estruturais demanda um comprometimento contínuo, reafirmando o compromisso em contribuir para a construção de um ambiente obstétrico mais justo, igualitário e respeitoso para todas as mulheres e pessoas gestantes na cidade. Garantir sua instalação em 2025 será um marco para o município na luta contra o racismo, desigualdades e, principalmente, na redução da mortalidade materna.

A Comissão Especial, em sua atuação, poderá realizar visitas técnicas às maternidades municipais, promover audiências públicas com a participação de profissionais de saúde, gestantes, puérperas e representantes da sociedade civil, além de elaborar relatórios e recomendações para aprimorar as políticas públicas e os serviços de saúde.

Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) revelam que, no município do Rio de Janeiro, a taxa de mortalidade materna entre mulheres negras é significativamente superior à de mulheres brancas, evidenciando a urgência de ações específicas para combater o racismo obstétrico no contexto local.

Adicionalmente, é crucial destacar a relevância da Comissão neste momento onde a Rede Alyne, um marco fundamental na luta contra o racismo obstétrico no Brasil, inspirada na trágica morte de Alyne da Silva Pimentel,

Assinado digitalmente por Thais Ferreira.
Código de validação: f8c0df87-e900-433d-b38b-8610b307023a
A autenticidade deste documento poderá ser confirmada no site: valida.camara.rj.gov.br/sal

vítima de negligência obstétrica em 2005, anunciada no ano passado e desempenha um papel essencial na defesa dos direitos de todas as mulheres e em especial as mulheres negras durante a gestação, parto e pós-parto.

Pela relevância da temática e urgência de combater as violações de direitos de mulheres e pessoas gestantes, parturientes e puérperas, durante o cuidado na atenção e ambiente obstétricos, principalmente as de cunho racista, com a população não-branca, é oportuna a constituição da Comissão Especial de Combate à Violência e ao Racismo no Ambiente Obstétrico, por mais um ano legislativo.

Com o apoio dos Senhores

Vereador Deangeles Percy, Vereador Felipe Pires, Vereador Flavio Pato, Vereadora Gigi Castilho, Vereadora Helena Vieira, Vereador Inaldo Silva, Vereador Jair da Mendes Gomes, Vereador Junior da Lucinha, Vereador Leniel Borel, Vereador Leonel de Esquerda, Vereadora Maíra do MST, Vereador Marcelo Diniz, Vereadora Monica Benicio, Vereador Niquinho, Vereador Rick Azevedo, Vereadora Vera Lins, Vereador Wagner Tavares, Vereador Zico

Com de acordo das comissões

Combate ao Racismo - Vereador Leonel de Esquerda, Vereadora Thais Ferreira
Defesa da Mulher - Vereadora Gigi Castilho, Vereadora Monica Benicio
Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social - Vereador Dr. Gilberto, Vereador Marcos Dias

Total de assinaturas: 21

Assinado digitalmente por Thais Ferreira.
Código de validação: f8c0df87-e900-433d-b38b-8610b307023a
A autenticidade deste documento poderá ser confirmada no site: valida.camara.rj.gov.br/sal